

Cartel franco-brasileiro de psicanálise

Cycle de conférences-débats 2021-2022

Tempos de pandemia

1 de dezembro 2021

A PANDEMIA DO COVID REALÇA O DESERTO QUE AVANÇA NO BRASIL, MAS NÃO SÓ¹

Eduardo de Carvalho Rocha

(conferência a ser feita na reunião de 01 de dezembro de 2021 no Cartel franco-brasileiro de psicanálise na Maison d'Amérique Latine)

O argumento central do ciclo de trabalho deste ano, deste trabalho de pesquisa, é sua pergunta sobre o que os efeitos da pandemia do Covid podem nos ensinar sobre nossa subjetividade contemporânea, ou ainda, se a pandemia traz inflexões ou acentuações sobre os modos como essa subjetividade vem se estendendo em nossos países, visto que a gravidade daquela exige medidas de autoridade e de pactos coletivos que acabam indo de encontro às próprias características dessa subjetividade. Também nos importa aqui, por ser um cartel franco-brasileiro, explorar nuances dessas questões em nosso momento histórico face aos diferentes modos que encontramos, como sujeitos e como coletividade, para lidar com dimensões do real que nos assolam, como é o caso dessa pandemia, mas não só. Um outro viés que gostaria de tomar hoje é propriamente a nossa complacência com os meios virtuais, e os riscos em adotá-los não mais como estratégia de sobrevivência e sim como modo de convivência. O que seriam as consequências de uma prática e de uma transmissão que passasse a se apoiar em imagens? É preciso lembrar a advertência de C. Lacôte, trazida por Angela Jesuíno em seu trabalho apresentado aqui em outubro, de que *“é preciso distinguir as imagens do que é a função do imaginário. Matando o imaginário, isso que pode apresentar toda uma gama de possíveis, mata-se isso que, num primeiro tempo, poderia construir a alteridade”*.

Falar de sujeito contemporâneo mereceria que nos perguntássemos de que sujeito falamos. Aquele sujeito que se exila em qualquer canto do mundo por vontade própria e que se serve de dispositivos virtuais para manter-se 'conectado' e em relação com os

¹ O título dado inicialmente era uma pergunta que terminava no 'Brasil.' À medida que fui escrevendo e desenvolvendo o trabalho, ao final o título não mais o apresentava. Por isso retirei a interrogação, e afirmei com esse 'mas não só'. Foi um trabalho que me permitiu uma reafirmação, como poderão constatar. Já por isso mesmo agradeço a oportunidade do convite aos organizadores.

outros? Ou daquele outro que é exilado pelas guerras, pelas alterações climáticas e pela extrema desigualdade social que também se agrava no mundo contemporâneo, sendo o Brasil um dos expoentes dessa desigualdade?

O que talvez distinga um pouco nossa contemporaneidade é o fato da divisão incluídos/excluídos não dar mais conta da complexidade dessa relação. A colonização social que a ciência produz também se expande, ainda que de maneira desigual, entre os dois grupos, e o que vemos são experiências de inter-relação perversa desses sujeitos contemporâneos que têm sido expostas em filmes recentes como o sul-coreano “Parasita”, ou o brasileiro “Som ao redor”.

De todo modo, é a psicanálise que nos ensina que o sujeito contemporâneo é tributário de um exílio estrutural, ao fato de ser sujeito do significante, cuja casa (Heim) é a rede significante que contorna um furo cavado no real, mas que justamente por causa desse exílio estrutural, ‘troumatique’, difícil de suportar, e na falta das ancoragens da religião e das práticas tradicionais da cultura, são aos objetos da ciência, aos inesgotáveis gadgets, que recorremos para aliviar a dor de existir sob essas condições.

No trabalho que apresentou no 1º encontro desse ciclo, Angela Jesuíno nos lembrou que a subjetividade contemporânea se apoia cada vez mais em dispositivos que negam (dêni) o real da morte, em especial a ciência, o que ao invés de nos proteger frente a ela, acabam por nos lançar no terror quando acontece dela irromper no real de forma desmesurada e incontrollável, como soem acontecer em momentos de catástrofes naturais, guerras, atentados, ou episódios pandêmicos como este que vivemos agora. O que aproxima assim essas situações a verdadeiros traumas, pois a irrupção de real é demasiada para os recursos simbólicos disponíveis para atravessá-las. Sabemos que a religião foi por muito tempo o dispositivo principal de enfrentamento da morte, como também reconhecemos seu enfraquecimento como efeito da própria ciência.

No último seminário de verão da Ali, Omar Guerrero nos trouxe em seu trabalho 4 tipos de situações traumáticas, a 1ª promovida pelos acidentes naturais, a 2ª pela violência ou agressão promovida por um semelhante, a 3ª sendo aquela dos atentados, e por último a violência política quando o aparelho simbólico de um país deixa de funcionar como deveria, fracassando em sua função de garantia de pacto social, quando não se torna ele próprio o indutor de ruptura desses pactos. Esse último tipo me interessou especialmente porque ele tem aspectos que se assemelham muito com o tipo de discurso governamental que passou a tomar corpo no bolsonarismo, isto é, a destruição de pactos e instituições.

Dentro dessa divisão, e não sei se Omar estaria de acordo, eu considero que a pandemia da Covid nos aproximou dos traumas dos acidentes naturais pela sua magnitude, mas também reconheço que ela pode ser reforçada pela violência e omissão política, situação, que no meu entender, o Brasil sofreu, como ficou bem demonstrado recentemente pelo relatório da recém-concluída Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid no Senado Federal. A violência política não é apenas a negação da realidade da pandemia, a insensibilidade com os doentes e os mortos, mas a imposição

de uma opinião totalmente descolada da realidade e orientada por uma lógica paranoica.

Para além dessa especificação dos tipos de traumas, o que me interessou especialmente em seu trabalho, é a distinção que Omar fez entre a ação da ciência que esvazia a dimensão propriamente significativa ocupando o campo do mal-entendido e da equivocidade pelo signo, pelos objetos positivados e comercializáveis, e a práxis analítica que procura justamente reabrir, ali onde o signo vem a obturar, esse campo simbólico significativo que a fantasia (ou fantasma) vem recortar. O caso que ele nos relatou, o segundo, aborda a situação de um sujeito que encontrou pela via traumática esse objeto de gozo, e sua dificuldade para se separar dele, isto é, reinscrevê-lo no campo fantasmático e não mais real (signo de gozo). É essa situação que me interessa nessa nossa pesquisa sobre os efeitos da pandemia em nossa subjetividade, seja pela vertente disruptiva, traumática, mas também pelo acesso a um gozo difícil de renunciar.

O que me fez aproximar as observações de Angela Jesuíno sobre a subjetividade contemporânea e as de Omar Guerrero sobre o trauma e as manobras do sujeito para apagar o apagamento que o constitui como sujeito (evocando Lacan em sua enunciação sobre o que o neurótico pretende fazer com a marca significativa, no seminário da identificação), foi essa operação de negação (dêni) a que um sujeito se entrega quando se encontra com um real, no caso, a morte que irrompe no real de nossas vidas. Guerrero salientou no exemplo que mencionei, o problema da fixação do sujeito ao objeto enfim apanhado por esse real. Angela também havia destacado certas manifestações de fixação corporal, como nas tatuagens de nomes e imagens de objetos perdidos, e alertado para essas novas configurações e seus efeitos, face às dificuldades em atravessar situações de luto.

O que me chamou atenção no caso da pandemia de Covid, para além dos fenômenos traumáticos marcados pela morte e pela impossibilidade dos mecanismos tradicionais de luto, foi a expressiva confiança depositada na ciência para enfrentá-la. Na verdade, pode-se mesmo considerar que a ciência, no caso a comunidade científica global, já sabia que ela irromperia, e já operava num nível de atenção a esse respeito. Aqueles que tiveram a oportunidade de ver um depoimento de Bill Gates há alguns anos atrás (disponível creio, no Netflix) se espantam com sua previsão dessa pandemia. Ou seja, a lógica da ciência já previra esse acontecimento. E se fosse para indicar um vencedor nessa história, este seria a própria ciência, isto é, a afirmação de seus instrumentos de leitura e de tentativa de tratamento desse real desembestado.

Ainda que se tenha, de início, levantado a hipótese de a pandemia ser efeito da manipulação do real pela ciência, foi na própria ciência que se apostou para domá-lo. Essa solução está em continuidade com a contemporaneidade, com os métodos atuais de enfrentamento da morte, e talvez nos coloque num desafio ainda maior, o mesmo do paciente de Omar, aquele de se livrar do carrasco que foi o agente do gozo do objeto.

Do ponto de vista do pensamento esse encaminhamento nos aproxima de um outro obscurantismo, aquele das letras da ciência. E por que chamar esse encaminhamento

de obscurantismo? Na medida em que não é pela verdade, pelo significativo, pelo simbólico enquanto furo que encontramos o suporte para nossa vida, isto é, não é pela perda, pelo luto do objeto perdido, ou em termos freudianos, como nos lembrou Angela, ‘deixando se manifestar nossa atitude inconsciente em relação à morte, isto é, tomá-la em conta como verdadeira e com isso tornar a vida mais suportável’. “Se queres suportar a vida, organiza-te para a morte”, nos diz Freud.

Então, em relação ao primeiro ponto que demarquei no início, aquele que tenta responder se a pandemia acentuou ou fez uma inflexão em nossa subjetividade contemporânea, eu vou na direção de afirmar que a acentuou, ou ainda, ela é parte dessa acentuação, tendo sido prevista, do mesmo modo como Lacan previu que um dia o real poderia desembestar por sua manipulação cada vez maior. E sendo parte dessa acentuação, que acaba levando com ela o enfraquecimento da dimensão da alteridade, e da autoridade fundada numa alteridade, o que vimos foi que os países que ainda conseguem sustentar sua política desse lugar, conseguiram melhores resultados nesse enfrentamento.

Se para o enfrentamento da pandemia foi e é necessário essa dimensão de autoridade e de confiança para assegurar uma unidade de esforços e de recursos, o que vivemos no Brasil foi justamente o contrário, pois o que vimos foi o presidente da República declarar suas divergências com as autoridades sanitárias, denegrir e desqualificar os dados da propagação e das mortes, e se desresponsabilizar pelo agravamento da pandemia, trabalhando cotidianamente para comprometer o trabalho dos governadores e prefeitos, para obstruir informações, e inclusive para boicotar a vacinação da população, seja adiando compras, seja investindo na fabricação e divulgação de medicamentos ineficazes. Essa direção deliberadamente mortífera, e que se dizia apoiada nos princípios constitucionais da liberdade de escolha de cada cidadão, está em consonância com seu projeto político de, em nome da liberdade, disseminar o caos “para passar sua boiada”. Eu me explico: essa expressão foi usada pelo seu ministro do meio ambiente numa reunião ministerial quando se discutia a crise econômica, assim como a devastação de nossas florestas, junto com os efeitos da pandemia, para propor que se aproveitasse do momento de atenção da sociedade com a pandemia, para aproveitar e aumentar as destruições já em curso.

Se já tínhamos acumulado entre nossas tragédias recentes desastres monstruosos como os de Mariana e de Brumadinho que destruíram cidades, rios, regiões inteiras devastadas e engolidas por lama de rejeitos da exploração predatória de recursos minerais, assim como centenas de vidas, e que se somam aos das populações ribeirinhas desalojadas para a construção de grandes hidrelétricas no Norte, ainda tivemos que suportar essa ação deliberada para avançar na direção de uma maior devastação.

Recentemente duas colegas apresentaram trabalhos aqui nesse espaço que procuraram refletir, uma sobre a questão do corpo no Brasil, e a outra sobre algumas possíveis razões por onde se apoia o bolsonarismo. Em seu trabalho, Monica Magalhães destacou

a exploração predatória que parece dominar o espírito brasileiro que abandona atrás de si buracos inférteis. Terá isso algo a ver com a inscrição desse nome, *brasileiro*, que nomeava aquele que explorava, cortando, carregando e vendendo o pau-brasil?

Ao mesmo tempo em que o país atravessa o maior desastre em sua história (10 vezes maior do que o desastre endêmico da violência em que morrem mais de 50 mil pessoas anualmente, principalmente jovens negros), esse mesmo governo aproveitou o estado de apreensão, medo e desespero de todos, para enfraquecer as políticas de preservação do meio ambiente, de educação, de proteção social, de criação cultural. Sua política é de ‘passar a boiada’, deixar a terra arrasada, os buracos vazios e inférteis, as terras nuas e desérticas. Trata-se na realidade de uma liberdade para matar. Esse é um ponto a que se pode chegar quando o real desembesta, e quando não se tem recursos simbólicos para remediá-lo, e onde então um certo automatismo da morte passa a dominar.

O governo Bolsonaro não foi o primeiro de caráter autoritário no Brasil, mas talvez tenha sido o primeiro do período republicano que agiu claramente, e sem disfarces, para destruir o tecido social seja pelo esvaziamento da dimensão do Outro (quando ele se pronuncia ele o faz a seus apoiadores e não à sociedade brasileira, e sempre sem respeitar qualquer liturgia do cargo de representação, não raro o fazendo com xingamentos e agressividade), seja pelas medidas e ações de estímulo à violência e ao desprezo às diferenças. Uma necropolítica, podemos afirmar. Ele não surgiu do nada, e aproveitou o momento de articulação das extremas-direitas internacionais com um sentimento forte de frustração com a esquerda no poder para se eleger com o uso de disparos de fake news, sem ter nunca apresentado ou debatido suas propostas com os outros candidatos.

O Brasil foi fundado como colonizado e erigido por meio de mão de obra escravizada (índios e africanos), assim como nossos recursos nacionais sempre foram usados de maneira predatória, e preferencialmente para sustentar os outros, deixando atrás de si as terras arrasadas, inférteis, buracos que se transformaram em bocas regurgitadoras do excesso de restos que devastam o que ainda resta ao seu redor (como mencionei acima os desastres de Mariana e Brumadinho), ou ‘fertilizadas’ com os produtos industriais dos colonizadores para seguir produzindo ‘commodities’. Comodidades para quem? Saliento que essa natureza da exploração de nossa terra, isto é, sua característica predatória e arrasadora, que vem desde o século XVI, sustentada pelo tecido social escravocrata que se instalou no laço social, apenas transmutou suas ferramentas ao longo dos anos, algumas mais sofisticadas atualmente, mas seu funcionamento permanece o mesmo. O que talvez tenha mudado é que o governo Bolsonaro não tem qualquer escrúpulo em exercê-la como política de Estado.

O trabalho de nossa colega Maria Idália de Góes apresentado aqui dentro do ciclo anterior, aborda a questão dessa erosão do pacto simbólico e sua substituição pelo poder da hierarquia tanto no populismo de esquerda quanto de direita, e as dificuldades que isso traz à construção e aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Em seu trabalho

ela articula a fragilidade estrutural, discursiva mesma que o binômio colonização-escravidão instituiu no Brasil, tornando a construção de um bem comum como algo improvável se somarmos a isso os efeitos ainda mais devastadores do capitalismo neoliberal que recusa qualquer ordem que não seja a da livre competição dos mercados. E acentua que Bolsonaro desvia o conflito social para o terreno do Bem e do Mal, do Ungido por Deus contra o demônio nefasto que estaria no Outro, e nos outros que precisam ser eliminados. Deus no poder! Mas o fenômeno Bolsonaro se sustenta de um sintoma social que Maria Idália recortou assim:

Mas Para além de Bolsonaro que é essa figura execrável, o que me preocupa mais é o fato dele ter uma base de sustentação. Dele ainda ser uma possibilidade de identificação para uma parte expressiva da população. O que me interessa é como lidar com esse tipo de adesão que não quer mais saber da verdade, que não aceita nenhuma complexidade, só quer assegurar... assegurar o que? Sua identidade? Só quer se eximir da castração? Da complexidade da vida, como dizia Freud em psicologia das massas? O que me interessa é pensar como lidar com as paixões no campo político.

É a partir dessa interrogação que me permito voltar à indagação central desse ciclo de conferências sobre o que a pandemia desvelou de nossa estrutura. Contudo gostaria ainda de destacar uma das principais teses que Angela Jesuíno vem sustentando entre nós, isto é, o avanço das religiões evangélicas nas classes populares e seus mecanismos de esvaziamento da dimensão significativa, Outra, na linguagem e no discurso, em favor da lógica da prosperidade teoliberal, quer dizer, Deus recompensará sempre com mais àqueles que o aceitarem através de seus dízimos. As leis de Deus não são uma voz a ser interpretada, uma verdade a ser interpretada, mas sim um significado claro e inequívoco que distribui poder aos que as adotarem. É essa relação de consumo, cujos bens estariam ao alcance de todos, que aproxima as classes dominantes e mais pobres no Brasil, no seio das seitas evangélicas, e que fez delas um dos grandes suportes políticos do bolsonarismo. Mas voltemos ao que a pandemia nos trouxe.

Em primeiro lugar, ela nos colocou frente ao desafio de estabelecer pactos pela vida quando a autoridade presidencial fez de tudo para favorecer o pior. E claro, o pior não deixou de acontecer, tanto com a morte de muitos (mais de 600 mil), só sendo menor do que os Estados Unidos, país cujo presidente, há época, também fez pouco caso da pandemia, ou a politizou (arma dos chineses), quanto com a derrocada da economia. Porém, ao mesmo tempo, forças políticas regionais e locais se uniram com algumas instituições científicas para zelar pelos protocolos sanitários e estabelecer acordos para produção de vacinas entre nós (Coronavac e AstraZeneca). Se o Ministério da Saúde foi aparelhado para não informar, não acompanhar, e não coordenar eficientemente as ações de tratamento e prevenção, a mídia se organizou para informar à sociedade diariamente sobre os rumos da pandemia, no Brasil e no Mundo, e deu lugar às opiniões e recomendações da comunidade científica. Também os profissionais de saúde não faltaram às suas responsabilidades, seja nos serviços públicos, seja nos privados, sendo que algumas instituições privadas financiaram centros de tratamento para a população em geral. Muitos profissionais morreram, mas não ocorreu nenhum movimento de greve ou reivindicações de sindicatos durante a pandemia. A destacar a atuação de

alguns a propor e implementar tratamentos ineficazes, e mesmo danosos. Essas divergências ocorreram no mundo todo, e no Brasil não me parece que foram mais relevantes do que em outros países, exceto pelo fato de ter o presidente da república como divulgador de tais métodos e produtos. O que em si não deixa de ser grave. Contudo à despeito do presidente, chegamos nesse momento, e para muitos de nós de forma surpreendente, a atingir marcas importantes de vacinação da população, e um decréscimo significativo de mortes (média diária de 250 quando chegamos há 6 meses a ter 4000). Ou seja, enquanto coletividade, ultrapassamos o momento de perplexidade e pânico, agindo tanto para combater a pandemia quanto tentar opor resistências institucionais ao bolsonarismo, e nesse sentido, creio que uma certa inflexão foi possível nesse ambiente de terra arrasada. Mas as preocupações de Maria Idália quanto às razões de existir tanto apoio, assim como as de Angela em relação à cruzada evangélica de esvaziamento da dimensão significativa na língua, e de Monica quanto à infertilidade de nossos furos, continuam e devem continuar na ordem do dia. Agora com uma preocupação adicional, essa a que gostaria de voltar a partir do exemplo clínico de Omar Guerrero.

O que me pareceu importante tomar em conta nesses tempos traumáticos, individuais e coletivos, é o que ele cerniu como sendo da ordem da fixação do sujeito no gozo objetual atingido e que dificulta o sujeito aceitar trocá-lo por um outro gozo, ou por uma outra configuração de gozo organizada pela fantasia. Nesses tempos de pandemia fomos, cada um a seu modo e dentro de suas possibilidades, buscando meios de seguir na vida, e nesse caso, na clínica e na vida institucional. Os meios virtuais, as plataformas que possibilitam encontros, reuniões, seminários, etc., proliferaram. Proliferaram e deram acesso a encontros que só se tornaram possíveis por esse meio. As sessões de psicanálise ou mesmo consultas médicas, as reuniões clínicas, os estudos, as conferências e debates como este que estamos tendo aqui agora puderam acontecer. Isso foi um alento, foi uma sorte. Porém o que passamos a sentir depois de algum tempo foi uma exaustão, um cansaço, provocado em parte pela presença excessiva da imagem, pela preponderância da pulsão escópica sobre os outros circuitos pulsionais, e pela ausência dos tempos de escansão, de deslocamento, de transição. Na clínica começaram a tomar lugar esse tipo de psicopatologia dominada pelo virtual que vai se sucedendo em um quadro a quadro sem um tempo propriamente de retroação, de significação, de corte. Com isso vemos se instalando entre nós e em cada um, esse modo de funcionamento maníaco, ou maniforme, em que as palavras, ou as atividades se sucedem umas às outras sem escansão, do mesmo modo que o ritmo pulsional não se escande e muito menos se articula por entre diferentes circuitos, não dando lugar mais à dimensão do desejo, sexual inclusive, substituído pelo puro desfile de imagens a serem pinçadas aqui e ali.

O problema é que acabamos ficando dependentes disso! E inclusive nos lançamos a justificar com alguma racionalidade as facilidades e possibilidades dessas novas formas de convivência social. Foi que chamei de que passamos de uma estratégia de sobrevivência para um modo de convivência. Mas com que custos?

Ao participar de algumas atividades da Ali neste ano que retoma o presencial me deparei com um fato preocupante. Vi que em alguns encontros havia 10 a 15 pessoas no presencial e mais de 100 no virtual! No 1º encontro desse ciclo parece que havia 5 pessoas na sala física, e 45 na sala virtual! Como será possível que sujeitos sejam animados frente a outros colocados em espaços tão diversos? A quem afinal aquele que toma a palavra vai se dirigir? Percebi nesses momentos uma certa artificialidade, maior até do que quando as reuniões eram apenas pelo meio virtual.

O fato é que, passados quase 2 anos de pandemia, a presença do corpo do outro, e do Outro, se faz necessário novamente, em sua complexidade pulsional, em sua equivocidade linguageira e gestual. O desafio agora é de refazê-lo, é de refecundá-lo num mundo contemporâneo, mormente corporativo, em que estamos nos habituando às suas 'facilidades'. Novamente a questão inicial se coloca: será esta uma oportunidade para mais uma acentuação ou inflexão em nossa subjetividade contemporânea?

Gostaria de ouvi-los sobre isso.

Obrigado por vossa atenção.